



ENTRE METAS E FERIDAS: A ALFABETIZAÇÃO CRÍTICA E AS MARCAS DAS POLÍTICAS DE DESEMPENHO

Maristela Cussolim¹

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais no Brasil refletem as transformações do Estado frente às exigências do capitalismo globalizado, especialmente sob a influência do neoliberalismo (Freitas, 2018). Nesse cenário, a lógica do ranqueamento e as políticas baseadas em metas, controle e resultados materializam-se por diversos artifícios no cotidiano educacional, dentre os quais se destacam as plataformas digitais. Usualmente vistas como ferramentas estratégicas de gestão, alinhadas às lógicas de eficiência, desempenho e mercado, requerem cautela e amplo questionamento, pois dispõem o trabalho docente na tensão entre as exigências dos resultados quantificáveis e o compromisso ético-político com uma educação mais humanizada, inserida em uma perspectiva crítico-emancipatória.

No âmbito da alfabetização, estabelecido no centro desse conflito, estão os professores alfabetizadores, que são constantemente pressionados a adotar práticas correlacionadas a essas plataformas que transformam a aprendizagem em números, dados e gráficos. Dessa forma, desconsidera-se a multiplicidade dos processos envolvidos na aprendizagem e a diversidade das realidades vivenciadas pelas escolas públicas. Consequentemente, esse horizonte resulta na contradição entre as lógicas de produtividade gerencialistas que subordinam a educação a resultados numéricos e a concepção de alfabetização como um ato político e dialógico que possibilita práticas libertadoras (Freire, 1970).

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Unisantos do Grupo de Pesquisa "Avaliação Educacional e Formação de Educadores: política e práticas" Pesquisa: Desafios da Alfabetização: com a voz, os professores iniciantes. mcussolim@unisantos.br



Essa condição resulta em efeitos pedagógicos e subjetivos. Impor metas que não dialogam com as realidades locais e as necessidades reais dos educandos contraria e esvazia um projeto ético-político de alfabetização crítica, inspirado no pensamento de Freire (1970). Além disso, ao caracterizar o ensinar como uma execução puramente tecnicista, esse processo reverbera em rupturas, como o silenciamento do saber docente, que é observado no crescente controle determinado pela subserviência a modelos verticalmente impostos.

Com base nos pressupostos da alfabetização crítica de Freire (1970), o presente artigo se configura como um ensaio teórico, de caráter crítico-reflexivo, cuja abordagem busca articular aportes relevantes para problematizar a responsabilização docente frente às métricas de desempenho na prática da alfabetização. Adicionalmente, indaga-se o impacto de ferramentas performáticas, exemplificadas pela plataforma de leitura *Elefante Letrado*, discutindo a imposição de métricas de controle como critério de avaliação da alfabetização. Este estudo visa, ainda, analisar as repercussões desse cenário na identidade do professor, sob as perspectivas pedagógica e profissional. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de refletir, de forma aprofundada, sobre essa temática contemporânea que atravessa o fazer docente.

Posto isso, este artigo apoia-se em um referencial teórico que articula as perspectivas de Paulo Freire (2014), para quem a educação se configura como prática da liberdade; Henry Giroux (1997), que enfatiza o papel do professor como intelectual crítico diante das investidas neoliberais; e de Bernardete Gatti (2011), que expõe os efeitos das políticas educacionais na docência. Esse embasamento permite problematizar os impactos da ocupação da prática pedagógica por métricas de controle, bem como os desafios atuais para a alfabetização e para o sofrimento ético-político dos professores.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Nas últimas décadas, e de forma mais maciça a partir dos anos de 1990, com o avanço das políticas neoliberais, a educação passou a ser vigorosamente enviesada por uma lógica empresarial. Essa lógica centra-se na produtividade, na estimativa de resultados e na responsabilização dos sujeitos, o que implica que a qualidade da educação está cada vez mais associada à capacidade de atingir metas quantificáveis e padrões de desempenho estabelecidos. Ao fazer isso, transfere-se a responsabilidade para a alçada individual, encobrendo, conseqüentemente, as relações opressoras e a desigualdade social presentes na sociedade e na escola (Laval, 2019).

Na visão de Giroux (1997), o neoliberalismo e essa lógica, que são extensamente disseminadas por organismos internacionais e inseridas pelas políticas educacionais brasileiras, desconsideram a responsabilidade política da educação e arrastam o seu papel crítico e emancipatório. Desse modo, a educação é submetida aos interesses mercadológicos e é alterada para uma prática tecnicista e descontextualizada.

Todavia, a necessidade de uma perspectiva crítica da realidade e das relações sociopolíticas exerce um compromisso crucial no processo de conscientização. Freire (1996, p. 28) ressalta que: “Contra toda a força do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, insisto, sem desvios idealistas, na necessidade da conscientização”. Além disso, de acordo com o autor (2014), a conscientização é o empenho do sujeito em conhecer o mundo e, assim, conhecer-se, o que possibilita sua transformação em agentes ativos na busca por modificações consideráveis.

É nessa direção que se propõe a exigência de refletir sobre essas políticas de desempenho, que dão prioridade aos indicadores quantitativos, como metas de proficiência ou índices de fluência leitora, e os efeitos concretos que são produzidos nas rotinas escolares. Nos anos iniciais, os professores alfabetizadores têm experienciado uma pressão para alcançar resultados numéricos, relegando e comprometendo o que há de mais sensível no ato de

alfabetizar, que é a construção do sentido entre os sujeitos e a educação como uma prática humana. As trocas dialógicas, que deveriam ser marcadas pela escuta sensível e pela leitura de mundo, estão sendo engolidas pelo tempo de provas, pelos materiais padronizados e pela velocidade de leitura. Não se trata da negação da importância da avaliação ou de algum benefício contido nas plataformas, como a Elefante Letrado, que dispõe de um acervo de obras, mas, sim, de denunciar o modo como elas têm sido formalmente utilizadas para o controle, a punição e o ranqueamento, em detrimento do diálogo com os contextos e os sujeitos, o que acarreta renúncias aos docentes e aos educandos.

A alfabetização ultrapassa o limiar do código escrito para se transfigurar em uma ação de compreensão crítica da realidade, em diálogo com o contexto social, robusto de sentido e consciência. Em contrapartida, essas plataformas digitais que avaliam a leitura empreendem uma lógica que fragmenta e reduz o conhecimento a competências isoladas, descontextualizadas e desvinculadas das histórias e culturas dos sujeitos, transformando-se em um processo de adestramento por metas.

Vale ressaltar que as plataformas digitais, embora travestidas de espaços de interação, são infraestruturas alimentadas por dados, organizadas por algoritmos e regidas por relações de propriedade, operando a partir de modelos de negócio (Rodrigues; 2020). É nessa ambiência que se constroem o trabalho docente e a aprendizagem dos alunos, e ela se torna, assim, um ambiente carregado dos traços herdados das dinâmicas sociais, os quais estão imbuídos de polarizações, conflitos, competitividade e individualismo.

Gatti (2017) reforça que é necessária “uma nova visão na seara educacional, bem como a construção de uma consciência mais crítica quanto às nossas ações no campo da docência”. Desse modo, é inegável aos sistemas educacionais, às academias, às instituições de formação e aos coletivos docentes a construção de espaços de reflexão e enfrentamento das práticas que arriscam a qualidade da educação e a saúde física e mental de seus agentes.

Portanto, lutar por uma educação libertadora e democrática significa



difundir a defesa de condições, a valorização do trabalho e dos saberes docentes para a construção de práticas pedagógicas centradas na emancipação humana, priorizando-a sobre os interesses mercadológicos.

CONSIDERAÇÕES

Diante da análise aqui desenvolvida, fica evidente a contradição estrutural entre a lógica da performance, que norteia grande parte das políticas educacionais contemporâneas, e a concepção de alfabetização em uma perspectiva crítico-emancipatória, defendida por educadores como Paulo Freire. Enquanto a primeira é respaldada pela ideia da eficiência e produtividade, a segunda se fundamenta na alfabetização como um ato ético-político compatível com a transformação de sujeitos e realidades.

As feridas provocadas pelas metas, métricas e desempenho não são invisíveis. Pelo contrário, elas se materializam no olhar cansado dos docentes, nas angústias compartilhadas nas reuniões pedagógicas e nos silêncios diante das exigências institucionais.

Ainda assim, resistências emergem, mesmo que nas pequenas insurgências cotidianas. Tais resistências são efetivadas em gestos políticos afetivos, como quando um docente escolhe ouvir a sua turma antes de aplicar uma avaliação padronizada que resultará em um índice. Nesses momentos, ele se propõe a explicar qual é a função dessa avaliação, quais são as políticas direcionadas a partir dela e esclarecer que a aprendizagem vai além de números, notas ou índices. É nesse lugar, entre as metas e as feridas, que se mantém acesa a fagulha da alfabetização crítica, como uma forma de vivenciar a esperança freireana na educação.

Portanto, reafirma-se a importância da valorização dos saberes docentes e da defesa intransigente da educação pública, socialmente referenciada e de qualidade para todos, em consonância com os princípios éticos de liberdade, igualdade, solidariedade e justiça social.



REFERÊNCIAS

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GATTI, B. A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189154956002>. Acesso em: 30 maio 2025.

GIROUX, H. A. **Educação, cultura e lutas pela democracia**: escritos contemporâneos sobre o maquinário neoliberal. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

RODRIGUES, E. S. J. Estudos de plataforma: dimensões e problemas do fenômeno no campo da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 26, p. 1-12, 2020.